



SEÇÃO: ARTIGOS

Currículo e interculturalidade: um estudo de revisão para pensar uma aproximação com a Educação Física

Curriculum and interculturality: a review study to think about an approach To Physical Education

Currículo e interculturalidad: un estudio de revisión para pensar un abordaje de la Educación Física

**Natacha da Silva
Tavares¹**

orcid.org/0000-0002-0398-7117
natacha_760@hotmail.com

Angelica Madela²

orcid.org/0000-0002-8236-6991
mandelaangelica@gmail.com

Jessica Serafim

Frasson³

orcid.org/0000-0002-6142-1971
jessica.frasson@unb.br

Recebido em: 06 jul 2023.

Aprovado em: 31 out 2023.

Publicado em: 20 dez 2023.

Resumo: Este manuscrito apresenta reflexões a partir de um estudo de revisão que teve por objetivo identificar e compreender o que vem sendo produzido acerca da interculturalidade no campo educativo, bem como suas possíveis relações com o currículo e com a Educação Física escolar. O estudo de revisão se deu a partir de busca em periódicos, que resultou na análise de 47 artigos. Entendemos que: (a) não existe consenso sobre os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade; (b) há um empreendimento a fim de superar uma concepção limitada e funcionalista das culturas e das diferenças; (c) a interculturalidade tem permeado em alguma medida os documentos e intencionalidades de alguns grupos e setores, mas se mostra ainda sutil nos contextos escolares; (d) pouca penetração da temática no âmbito da EF escolar; (e) discussão sobre currículo na EF com enfoque na seleção/abordagem de conteúdos; (f) possíveis impactos das políticas curriculares na EF escolar.

Palavras-chave: Currículo. Interculturalidade. Educação Física. Estudo de revisão.

Abstract: This manuscript presents reflections from a review study that aimed to identify and understand what has been produced about interculturality in the educational field, as well as its possible relationships with the curriculum and with school Physical Education. The review study was based on a search in journals that resulted in the analysis of 47 articles. We understand that: (a) there is no consensus on the concepts of multiculturalism and interculturality; (b) there is an effort to overcome a limited and functionalist conception of cultures and differences; (c) interculturality has permeated to some extent the documents and intentions of some groups and sectors, but it is still subtle in school contexts; (d) little penetration of the theme within the scope of PE at school; (e) discussion about the curriculum in PE with a focus on the selection/approach of contents; (f) possible impacts of curricular policies on PE at school.

Keywords: Curriculum. Interculturality. Physical Education. Review study.

Resumen: Este manuscrito presenta reflexiones de un estudio de revisión que tuvo como objetivo identificar y comprender lo que se ha producido sobre la interculturalidad en el campo educativo, así como sus posibles relaciones con el currículo y con la Educación Física escolar. El estudio se basó en una búsqueda en revistas que resultó en el análisis de 47 artículos. Entendemos que: (a) no hay consenso sobre los conceptos de pluriculturalidad e interculturalidad; (b) hay un esfuerzo por superar una concepción limitada y funcionalista de las culturas y las diferencias; (c) la interculturalidad ha permeado en cierta medida los documentos e intenciones de grupos y sectores, pero aún es sutil en contextos escolares; (d) poca penetración del tema en la EF en la escuela; (e) discusión sobre el currículo en EF con foco en la selección/abordaje de contenidos; (f) posibles impactos de Políticas curriculares de EF en la escuela.

Palabras clave: Currículo. Interculturalidad. Educación Física. Estudio de revisión.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Prefeitura Municipal de Viamão, Viamão, RS, Brasil.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina e Colégio Unochapecó, Chapecó, SC, Brasil.

³ Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Considerações introdutórias

Tem sido emergente no campo da educação os estudos e eventos que se dedicam a tratar da temática da interculturalidade. Todavia, uma vez que a interculturalidade não tem seu surgimento na área pedagógica, mas no campo social e político, o que se tem produzido acerca da relação entre interculturalidade e currículo parece ser, ainda, de pouco alcance e incipiente. Surge da luta de movimentos sociais de povos injustiçados e oprimidos da América Latina. A interculturalidade propõe não apenas uma comunicação entre as diferentes culturas, mas "aponta e representa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra", conforme destaca Walsh (2019, p. 9).

Para a autora, ao falar de interculturalidade se refere ao que ela denomina de interculturalidade crítica. Em sua compreensão, a interculturalidade pode ser apenas funcional quando atender ao sistema dominante (WALSH, 2007). Ainda de acordo com Walsh (2007), a interculturalidade precisa ser assumida de forma crítica, e para que tenha sentido e impacto na sociedade necessita materializar-se em políticas, ações e projetos que visem à mudança em relação às desigualdades, preconceitos e hierarquizações. É proposta por Candau (2011) e Walsh (2007) como uma possibilidade pedagógica em um esforço decolonial que precisaria, necessariamente, estar dentro e fora do ambiente escolar.

Apesar de a Educação Física (EF) dispor de algumas brechas e potencialidades em relação a um modelo mais tradicional de ensino, fugindo, por exemplo, das amarras das classes e cadeiras

enfileiradas, suas práticas têm sido de reprodução de um modelo disciplinador, tendo suas práticas centradas na competitividade, nos padrões de movimento e corpo, de gênero (SANTOS, 2018).

Nesse contexto, perspectivando dar vazão às brechas e às potencialidades da EF, surge a proposta de articulação com a interculturalidade, objeto de investigação deste artigo de revisão, que propõe identificar e compreender o que vem sendo produzido acerca da interculturalidade no campo educativo, bem como suas possíveis relações com o currículo e com a Educação Física escolar (EFE), conduzido pelos problemas de investigação: "Quais os conhecimentos produzidos acerca da interculturalidade na relação com a Educação Física escolar? E o que vem sendo proposto e endereçado para a Educação Física a partir disso?".

1 Percurso metodológico

Realizamos um estudo de revisão nos periódicos científicos da área de avaliação da Educação e da EF (busca feita diretamente nos sites dos periódicos) com o intuito de compreender a articulação das temáticas do "Currículo" e da "Interculturalidade", estabelecendo relações com a EF. O recorte temporal estabelecido para a busca dos artigos foi entre os anos de 2006 e 2019 nos periódicos de estrato A1⁴ e A2⁵ da área da Educação, e de estrato A1 a B3 da área da EF⁶ – considerando a classificação de periódicos quadriênio 2013-2016 – que possuíam interface com as Ciências Humanas e Sociais, gratuitos, *online*, em língua portuguesa ou espanhola. Além dessas, incluímos todas as revistas que continham currículo no título, independentemente de seu estrato.

⁴ 1678-4626 *Educação e Sociedade*; 2175-6236 *Educação e Realidade*; 0102-4698 *Educação em Revista*; 1984-6444 *Educação* (Santa Maria, online); 0104-4060 *Educar em Revista*; 1809-4465 *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*; 0103-7307 *Pro-Posições*; 1809-449x *Revista Brasileira de Educação*.

⁵ 2172178-2229 *Cadernos de Pesquisa*; 0101-2657 *Comunicação e Sociedade*; 1645-1384 *Currículo Sem Fronteiras*; 1517-1949 *Eccos: Revista Científica*; 1807-2194 *Educação e Cultura Contemporânea* (B5 Na Efi); 0102-7735 *Educação em Questão*; 0101-465x *Educação*; 1519-387x *Educação Unisinos*; 2316-4018 *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*; 0102-5473 *Perspectiva*; 1809-4031 *Práxis Educativa* (B4 Efi); 1806-5104 *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*; 0034-7183 *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*; 2358-0194 *Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade*; 0104-5962 *Revista de Educação Pública* (B4 Efi); 1981-416x *Revista Diálogo Educacional*; 2316-901x *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*; 1607-4041 *Revista Electrónica de Investigación Educativa*; 1809-3876 *Revista E-Curriculum*; 0103-2070 *Tempo Social*.

⁶ A1 não há revistas nesse estrato com os critérios estabelecidos no quadriênio em questão. A2: 1982-8918 *Movimento*; B1: 1696-5043 *Cultura, Ciencia y Deporte*; 1982-4017 *Linguagem em (Dis)Curso*; 2182-2972 *Motricidade*; 1646-107x *Motricidade* (Santa Maria da Feira); 1980-6574 *Motriz: Revista de Educação Física* (online); 0101-3289 *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*; 1981-4690 *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*; 0103-3948 *Revista da Educação Física* (UEM, impresso); 1885-3137 *Revista Internacional de Ciencias del Deporte*; B2: 2175-8042 *Motrivivência*; 1980-6183 *Pensar a Prática* (online); 0103-1716 *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*; B3: 1981-478x *Espaço Plural* (Marechal Cândido Rondon, online); 1678-2577 *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*.

Nos artigos da área da Educação identificamos, inicialmente, 404 manuscritos. No que se refere aos artigos da área da EF, excluímos aqueles que já haviam sido identificados na busca da área da Educação e, ao objetivar um número pouco expressivo de produções ao cruzar os termos “interculturalidade” e “currículo”, optamos por refazê-la, mas, dessa vez, sem o cruzamento dos termos e acrescentando seus derivados, como “curricular” e “intercultural”, resultando um total de 994 manuscritos.

Após identificação inicial das produções, selecionamos apenas os artigos que continham os termos de busca no título, palavras-chave e resumos, resultando em 47 artigos, sendo 28 nos periódicos da área de avaliação da Educação e 19 da EF.

Frente a isso, construiu-se uma síntese desses materiais, partindo de uma categorização por meio da análise de conteúdo acerca do caráter do artigo – se é empírico ou teórico/ensaístico – e das suas contribuições ao abordarem o currículo, interculturalidade e EF, buscando analisar como eles propõem ou permitem pensar as relações entre as referidas temáticas. Assim, a discussão e análise serão conduzidas a partir das seguintes categorias: Origem e percurso da interculturalidade; Noções Centrais na Perspectiva Intercultural; Desafios e contribuições para uma educação intercultural; A interculturalidade e as questões étnico-raciais; e Propostas Curriculares e a EF no Currículo escolar.

2 Análise e discussão

2.1 Origem e percurso da interculturalidade

Um dos artigos analisados aborda e ajuda a compreender um pouco acerca da origem e do percurso da interculturalidade enquanto tema político e de investigação. Candau e Russo (2010) traçam uma espécie de percurso histórico trilhado pela interculturalidade no continente e apresentam uma análise sobre a educação intercultural (EI) na América Latina, apontando contribuições teóricas e práticas sobre o tema e destacando a emergência do debate da EI por intermédio da educação indígena. No texto, é possível identificar as contribuições do movimento negro para

essa perspectiva, por meio da promoção de releituras dos processos históricos vividos que busquem um sentimento de pertencimento à cultura negra, da luta por ações afirmativas e medidas reparativas.

2.2 Noções centrais na perspectiva intercultural

Destacamos algumas noções, aprendizagens e elementos centrais quanto à temática da interculturalidade nos artigos selecionados. Identificamos que a compreensão de interculturalidade está atrelada aos conceitos de identidade, hibridização cultural, justiça social e, sobretudo, de diferença, ambos centrais para compreender a interculturalidade.

O direito de ser diferente é reivindicado pelos estudos quando apontam a necessidade de valorização e defesa das diferenças em contraponto à noção de que todos os sujeitos são iguais. A ideia de igualdade para Candau (2008) não permite reconhecer as desigualdades que nos diferem, apagando as diferenças de identidade e de cultura. Nesse sentido, Candau (2011) e Moreira e Candau (2003) sinalizam para um entendimento da interculturalidade como o diálogo entre os diferentes e as diferenças, bem como pelo direito à diferença e pela justiça social e cultural. Andrade (2011), por sua vez, atém-se ao debate e à compreensão da interculturalidade como sinônimo de uma busca pela tolerância, pelo respeito às diferenças, e relaciona a temática com a noção de verdade sendo algo plural.

O estudo de Lima (2018) apresenta a desigualdade e invisibilidade dos saberes e práticas oriundos dos povos indígenas e africanos no Brasil. O autor destaca o caráter desigual e de injustiça presente na convivência das diferentes culturas, sinalizando grupos e movimentos sociais que buscam combater essa lógica acarretando a construção de políticas de reconhecimento e valorização desses grupos; bem como reflexões críticas sobre a educação monocultural e homogeneizadora que tem predominado nas realidades escolares.

O estudo de Costa (2011) constitui-se em uma análise que busca estabelecer conexões entre

currículo, identidade e diferença, a partir de narrativas culturais e textos literários publicados na revista *Nova Escola*, que, de acordo com o autor, contém narrativas acerca das identidades regionais que permitem outros olhares e compreensões, para além de uma visão fixa e estereotipada delas.

O estudo de Fleuri (2003), ao tratar de interculturalidade, cunha a noção de "entrelugar", ou seja, uma produção cultural que se dá na relação de diferentes culturas, em razão da globalização contemporânea e dos processos de Maafa, diáspora ou holocausto vividos por povos oprimidos, obrigados a viverem em outro território.

2.3 Desafios e contribuições para uma educação intercultural

Nesta categoria, apresentamos algumas indicações e orientações para uma EI e suas potencialidades que foram identificadas nos artigos analisados. Candau (2008), por exemplo, apresenta os desafios e princípios de uma EI como a desconstrução, a articulação, a promoção e o resgate. Elementos esses que vão estar presentes também em outros estudos.

Nunes (2011) salienta que, apesar de a escola ter sua origem na busca de uma formação homogênea, que produzisse uma determinada identidade nacional, esse é um espaço de entrecruzamento de culturas. Para o autor, trabalhar com a interculturalidade demanda e possibilita uma escola em outros moldes, diferentes daquele padronizado e engessado.

Espejo (2012) discute a EI como forma de construção e formação da cidadania e destaca que um projeto intercultural deve ter como pauta principal a construção de políticas de equidade, assim como propiciar o ingresso e a participação das culturas marginalizadas nos espaços formais, como a escola.

No texto de Oliveira (2011) são apresentadas algumas relações entre os pensamentos freireanos e a interculturalidade: o respeito e reconhecimento das diferentes culturas e, principalmente, o diálogo entre elas. Candau e Russo (2010) destacam a relação entre o contexto sociocultural e os processos

educativos, além do reconhecimento de outras formas de conhecimento e cultura que não os hegemônicos, centrados na cultura eurocêntrica.

Identificamos também algumas indicações de atividades e ações que poderiam ser incorporadas ao currículo a fim de construir uma EI. Por exemplo, o uso de múltiplas linguagens artísticas e híbridas, do cinema, da música e nos currículos escolares (FONSECA, 2015; NUNES, 2011).

O conflito também é entendido como uma potencialidade para uma EI. Para Esteves, Gomes e Guedes (2018), a relação e o diálogo entre os diferentes e entre as diferenças seria uma interessante lente para pensar os conflitos que se dão no cotidiano das escolas. Nessa perspectiva, a resolução desses conflitos não seria no intuito de apaziguar e silenciar as tensões, mas de problematizá-las.

O estudo de Silva (2018), ao pensar sobre a noção de justiça curricular, destaca que o currículo não pode ser "guetificado", mas também não pode ser hegemônico. Lima (2018) propõe práticas interculturais que caminhem na contramão dos modelos hegemônicos de ensino e dos ideais capitalistas e produtivistas. Nesse sentido, o saber popular, os rituais culturais dessas comunidades são entendidos como matéria-prima para a construção dessa prática pedagógica, no diálogo com os conhecimentos científicos. Lima (2018), ainda, apresenta que o conhecimento sobre a realidade sociocultural da comunidade (tanto pelos professores como pelos estudantes); o resgate dos hábitos, brincadeiras, rituais; a reflexão e compreensão sobre os significados dessas práticas e desses costumes culturais para a comunidade; realizar processos que evidenciem as riquezas culturais do contexto; criação de espaços para troca de experiências e relatos autobiográficos; potencializar atividades interdisciplinares a fim de uma compreensão mais ampla e aprofundada do contexto; e ter os estudantes e a comunidade como protagonistas do processo de ensino são algumas práticas e princípios que podem integrar um processo educativo intercultural.

A legislação se apresenta em alguma medida como uma forma de contribuir para a concretização de um currículo mais justo (LIMA, 2018). Sobre isso, Gomes (2012) destaca que a lei pode

ser entendida como uma motivação, um início para a mudança dos currículos, mas enfatiza que currículo precisa exigir práticas e reflexões que questionem as desigualdades e os privilégios.

Candau e Leite (2007) apresentam uma proposta de formação com o tema da didática multi/intercultural que emergiu em decorrência de evidências que apontam para a ausência dessa perspectiva na prática pedagógica nas escolas. Alguns pontos destacados pelas autoras é o entendimento da aula como um espaço de multinarrativas e de contranarrativas, através da promoção do diálogo.

O estudo de Zanardi (2013) foi realizado na Alemanha, que, segundo o autor, é um cenário multicultural devido ao grande número de imigrantes presentes. Há indícios da preocupação com a integração dos imigrantes e de reconhecimento desses sujeitos na legislação alemã, entretanto o estudo enfatiza que ele não se evidencia nos documentos curriculares, que acabam tendo sua ênfase nas avaliações externas e no conhecimento científico legitimado. Também abordando o tema da imigração e EI, Fritzen e Nazaro (2018) buscam discutir sobre o silenciamento das culturas de imigração que ocorre nas escolas da região investigada. Há, segundo a pesquisa, um descompasso entre os discursos de respeito/valorização da pluralidade/diversidade e as políticas culturais no âmbito da educação, pois grande parte das escolas da região da pesquisa ofertam apenas a língua inglesa como língua adicional, evidenciando um silenciamento linguístico da cultura de imigração.

2.4 A interculturalidade e as questões étnico-raciais

O estudo de Bergamaschi e Gomes (2012) trata da temática indígena e de como essas culturas vêm sendo abordadas nos processos educacionais. As autoras analisam que as representações acerca dos indígenas são apresentadas de forma estereotipada, relacionada às imagens tão presentes nos livros didáticos, em que estes são representados nu, com o corpo pintado ou como algo místico. De fato,

essa visão estereotipada do indígena acaba por reforçar esse lugar do indígena como o "outro", uma vez que é visto como algo muito distante da realidade dos outros estudantes.

Nesse mesmo sentido, o texto de Backes e Pavan (2011) evidencia uma incongruência na perspectiva de acadêmicos de pedagogia acerca da cultura indígena, pois ora estaria mais associada à interculturalidade, a partir da troca de saberes, em outros momentos se mostra estereotipada quanto à imagem e aos costumes dos povos indígenas. O artigo de Backes e Pavan (2017) se aproxima ao de Bergamaschi e Gomes (2012) quanto ao silenciamento e apagamento das questões e cultura indígena na escola e à restrição dessas temáticas em momentos pontuais.

Araújo (2014) também discute o quanto os saberes e a cultura indígena foram sofrendo processos de tentativa de apagamento na sociedade, bem como, em decorrência, nos currículos escolares. Para fazer valer a Lei nº 11.645/2008, que apresenta a obrigatoriedade da abordagem da temática indígena nos currículos, seria necessário muito investimento na formação de professores e nas reformas curriculares para viabilizar que tal proposta se concretizasse (BRASIL, 2008). Araújo (2014) apresenta o entendimento de que seria preciso haver uma ecologia dos saberes, que seria um contraponto à monocultura e estaria relacionada a uma valorização e reconhecimento de conhecimentos não hegemônicos.

O artigo de Scaramuzza e Nascimento (2018) aborda os princípios, as características e possibilidades de uma educação indígena realizada por professores de Gavião de Rondônia. Para os autores, a educação indígena ocorre não apenas no interior da escola, do espaço físico escolar, o que, nesse sentido, implicaria outros processos para se pensar uma EI. Os autores sinalizam, no entanto, que esse entendimento mais amplo de escola normalmente não é compreendido pelos sistemas de ensino.

Nos contextos investigados por Macêdo, Messeder e Queiroz (2017), a temática e as especificidades étnico-culturais são trabalhadas, mas de forma pontual, em eventos, como culminância

de trabalhos, por meio de oficinas, não permeando as disciplinas. De acordo com autores, é possível considerar que uma das limitações para essa integração da temática no currículo seja a dificuldade de transgredir os conteúdos impostos pelos documentos curriculares.

Meinerz (2017) sinaliza para o quase apagamento das contribuições do negro para a construção da cultura gaúcha e para a centralidade dada às heranças da colonização europeia. Esse destaque fica evidente nas escolas públicas dessa região quando estas se propõem a trabalhar predominantemente (senão exclusivamente) as vestimentas, a musicalidade e os costumes relacionados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), explicitando uma espécie de identidade gaúcha, representada a partir de um viés monocultural.

2.5 Propostas Curriculares e a EF no Currículo escolar

Nos estudos que compõem essa categoria, os autores fazem relações sobre a EF na escola e os documentos curriculares orientadores. Compreende-se que uma proposta/reforma curricular ora pode estar de acordo com o que os professores vêm pensando e defendendo para a educação, e ora ser entendida como retrocessos (TAVARES; WITTIZORECKI; MOLINA NETO, 2018).

Para Neira (2018), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se encontra entre essas políticas que caminham na contramão de uma educação emancipatória. Segundo o autor, o referido documento está profundamente enraizado numa perspectiva tecnicista de educação, e conclui destacando que a BNCC da EF retrocede política e pedagogicamente, uma vez que tem os princípios do neoliberalismo travestindo a racionalidade técnica. Boscatto, Impolcetto e Darido (2016) corroboram o estudo de Neira (2018), mas concluem que para a EF é possível que a BNCC seja uma proposição necessária, em vista de sua trajetória ser marcada pela ausência de diversidade e sistematização dos conteúdos.

Em se tratando de políticas desalinhadas que retrocedem e afetam a EF, destaca-se o Novo Ensino Médio (NEM), que para Molina *et al.* (2017)

se figura como uma descontinuidade aos processos que vinham se efetivando no âmbito da educação, uma vez que, por exemplo, reduzem a finalidade do ensino para a empregabilidade e que fortalecem os processos de exclusão e responsabilização individual dos sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso. No caso da EF, que após muitas lutas para ser legitimada enquanto componente curricular obrigatório se vê com essa política com risco de extinção com a implementação do NEM.

Na mesma linha de compreensão, Borges (2017) conclui que os currículos apresentam vertentes teóricas diferentes em relação à formação e à EF. Aspecto esse que parece representar o entendimento de muitos professores e sobre o próprio cenário dessa disciplina na escola, evidenciando pouca convicção e sustentação para sua finalidade.

Marani, Neto e Freire (2017), Tenório *et al.* (2017) e Tavares e Wittizorecki (2018), evidenciam que diante das políticas curriculares os professores nas escolas podem aderir às propostas, assim como podem se opor, questionar e criar outras possibilidades. Além disso, como vê-se em Cagliari, Rufino e Darido (2017), evidencia-se a incapacidade de totalidade e completude de um documento curricular, não sendo possível que esse preveja todas as situações, circunstâncias, especificidades, abrindo possibilidades para atuação docente, para reinterpretação, para ressignificação.

Marani, Neto e Freire (2017) apontam que à medida que os docentes são favoráveis às propostas se empenham em traduzi-las para suas aulas. O engajamento está colocado no envolvimento dos professores na construção/elaboração de tais propostas. Quando as propostas e documentos curriculares orientadores são apresentados como orientação e sugestões, a probabilidade de aderência às propostas curriculares é maior do que quando são impostas, obrigatórias e sem diálogo com o professorado (TENÓRIO *et al.*, 2017).

Ainda assim, os estudos sinalizam que não há garantias de que uma proposta curricular em nível macro vá ser incorporada pelos docentes, uma vez que é necessário considerar suas crenças, suas concepções, sua formação inicial e suas

experiências como um todo, que darão subsídio para as decisões e práticas desses docentes (BOSCATTO; DARIDO, 2017; MESQUITA JÚNIOR; THIESEN, 2016). A título de exemplo, nota-se nas aulas de Educação Física a presença ainda prevalente de um conceito e uma abordagem de saúde fisiológica e pautada na noção de ausência de doença (OLIVEIRA *et al.*, 2017; PAIVA *et al.*, 2017).

Na mesma linha, Mesquita Júnior e Thiesen (2016) sinalizam que a identidade da EF no Instituto Federal Catarinense (IFC) tem se constituído a partir das experiências e das identidades dos professores, estando muito associadas ao fazer esportivo e procedimental. Boscatto e Darido (2017) concluem que a EF no Ensino Médio Integrado, no contexto dos Institutos Federais de Santa Catarina (IFSC), não tem se diferenciado da EF em outros contextos, evidenciando certa desarticulação com o projeto curricular dessas instituições.

Em se tratando da EF enquanto parte integrante do currículo da escola, os estudos de Caselli e Ferraz (2017) e Tavares e Wittizorecki (2018) reforçam a necessidade de que esse componente curricular se articule com outros conhecimentos, com outros saberes, e que sua prática dialogue com as finalidades mais amplas da escola, contribuindo com a formação dos estudantes.

Lopes, Tavares e Santos (2017) analisaram o conteúdo nos cadernos do professor para o ensino médio do estado de São Paulo para a disciplina EF em relação aos aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais. O estudo aponta para a presença de propostas pedagógicas que extrapolam os limites da dimensão técnico-instrumental no âmbito da EF. Para os autores, a presença dos objetivos atitudinais é tímida e pouco explícita, podendo acarretar a contramão de um ambiente pedagógico que favoreça "a tolerância, respeito às minorias, solidariedade, etc." (LOPES; TAVARES; SANTOS, 2017, p. 823).

Outros estudos se dedicam a pensar propostas/temas/conteúdos para as aulas de EF, sendo alguns realizados a partir da análise de documentos e propostas, enquanto outros se dedicam a pensar na elaboração de propostas. Os estudos de Gonçalves e Silva (2017) e Impolcetto e Darido (2017) têm como temática o currículo, mas a

partir da abordagem de um conteúdo específico.

Por meio do texto, Gonçalves e Silva (2017) argumentam e analisam as condições e discursividades que permitiram às lutas serem requeridas e inseridas como conteúdo das aulas de EF. Os autores entendem que é preciso desnaturalizar a perspectiva de que todas as práticas corporais – enfatizando as lutas – por si só sempre foram entendidas como conteúdo legítimo da EF; é num jogo de poder no qual a partir da linguagem, das classificações e da legitimidade as lutas passam a ser consideradas pertencentes à EF.

Já o estudo de Impolcetto e Darido (2017) enfatiza sua discussão na proposição de uma organização curricular coletiva. A partir de uma pesquisa-ação, as autoras elaboraram e analisaram o processo de construção coletiva de uma organização curricular, tendo como eixo o conteúdo do voleibol. As autoras destacam a possibilidade de uma construção democrática, participativa e coletiva, com efetiva colaboração dos professores, que serviram de base para a construção da proposta. Todavia, evidenciaram certa dificuldade do professorado em lidar com os conteúdos atitudinais e conceituais, possivelmente pelo percurso trilhado por eles ou pela própria disciplina.

Nesse sentido, os estudos contribuem para retomar e compreender os cenários, contextos e constituições da Educação Física escolar, assim como permitem situar-nos sobre as disputas que vêm ocorrendo no campo do currículo e que afetam a Educação Física, por consequência. Ademais, como sinalizado, esses estudos também apontam possibilidades e alguma esperança para a prática pedagógica da Educação Física, assim como sugerem algumas demandas e desafios.

Os estudos de Boscatto e Darido (2017) e Tavares, Wittizorecki e Molina Neto (2018) frisam a necessidade de mais pesquisas que discutam o currículo a partir do chão da escola e na articulação entre a dimensão documental e a dimensão prática do currículo. Apesar da presença de estudos que observam a EF de forma mais com o contexto da escola, ainda há carência de estudos que façam essa análise contextualizada dessa disciplina no currículo escolar a partir de pesquisas empíricas.

É possível compreender o maior número de produções que se dedicaram a estudar e analisar as mudanças curriculares. Esses estudos possibilitam um olhar cuidadoso e não ingênuo sobre essas políticas, oferecendo maior subsídio para nos posicionarmos diante delas. É preciso destacar, ainda, que os estudos que mais se aproximaram da temática da interculturalidade tinham como base o multiculturalismo.

Os estudos teóricos de revisão bem como aqueles que propõem a análise de documentos curriculares auxiliam a situar um panorama da EFE, ilustrando e ajudando a refletir acerca do cenário de produção acadêmica e política em que se insere essa disciplina. Com eles é possível retomar e compreender os cenários, contextos e constituições da EFE, assim como permitem situar-nos sobre as disputas que vêm ocorrendo no campo do currículo e que afetam a EF.

Considerações finais

Retomamos que o objetivo deste estudo de revisão foi de identificar e compreender o que vem sendo produzido acerca da Interculturalidade no campo educativo, bem como suas possíveis relações com o currículo e com a EFE.

A revisão aponta para uma presença ainda tímida da interculturalidade nas investigações e produções acadêmicas, ficando localizada em poucos grupos que se debruçam a estudar essa temática. Em alguns desses estudos, que abordam a interculturalidade, a temática do currículo se mostra de forma implícita, subjacente, sutil, enquanto em outros ela ganha maior centralidade. Seria possível considerar que há uma carência de estudos que proponham e reflitam sobre as potencialidades de um currículo intercultural nas escolas de educação básica, principalmente relacionados à EF.

Destaca-se na análise das produções que a interculturalidade é abordada predominantemente nos documentos a partir da relação de etnia. Apesar de necessário e de essa noção ter proveniência nas relações e na composição de sociedades com pessoas de diferentes nacionalidades, percebe-se uma ampliação na compreensão das diferentes culturas que não necessariamente se constituam

como diferentes em função de sua nacionalidade, mas a partir da relação de dominação e dos processos de normatização.

Também identificamos um significativo número de estudos sobre a temática indígena, isso muito possivelmente por conta de, como sinalizam Candau e Russo (2010), o debate acerca da interculturalidade na América Latina se originar a partir da educação e das escolas indígenas, que se viam em um processo intercultural uma vez que tinham no cotidiano das escolas o encontro entre suas culturas e outras formas de conhecimento e de culturas colocadas pelo sistema de ensino. Esses estudos evidenciam que a temática indígena costuma ser abordada nas escolas de forma pontual e descontextualizada, por meio de atividades em que predominam estereótipos acerca dessa cultura e dessas pessoas; o mesmo se evidencia quanto à cultura africana e negra. Nesse sentido, os estudos contribuem para pensar as possibilidades e potencialidades do trabalho educacional e curricular numa perspectiva intercultural crítica, apresentando princípios e limitações para a concretização deste trabalho.

Sobre a temática do currículo, percebe-se poucos estudos que tenham os estudantes como protagonistas, ou que tenham o cotidiano das escolas como foco. Ainda que sejam estudos bastante pertinentes para contribuir no conhecimento sobre o currículo e extremamente necessários, muitos estudos se voltam para olhar para os documentos/reformas curriculares. Poucos são os estudos que se propõem a traçar conexões entre os documentos curriculares e o cotidiano escolar, com ênfase nesse cotidiano.

Os artigos permitem compreender alguns pontos sobre a temática: (a) não existe um consenso sobre os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade; (b) os autores realizam um empreendimento no intuito de produzir um aprofundamento e uma ressignificação desses termos a fim de escapar de uma concepção limitada e funcionalista das culturas e das diferenças; (c) a interculturalidade ou interculturalidade crítica tem permeado em alguma medida os documentos e intencionalidades de alguns grupos e setores e de forma sutil nos contextos escolares, nas práticas curriculares, seja na Educação Básica ou no Educação Superior; (d) aspectos e

indicações para uma EI; (e) compreensão sobre as origens e propostas iniciais da interculturalidade; (f) pouco debate sobre a temática no âmbito da EFE; (g) discussão sobre currículo na EF com enfoque na seleção/abordagem de conteúdos; e (h) possíveis impactos das políticas curriculares na EFE.

Referências

ANDRADE, M. Sobre pluralismo, verdade e tolerância: diálogos epistemológicos e éticos para uma educação intercultural. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1087-1103, out./dez. 2011.

ARAÚJO, I. A. Temática indígena na escola: potencialidades do currículo para o enfrentamento da colonialidade. *Currículo sem Fronteiras, Is.l.*, v. 14, n. 3, p. 181-207, set./dez. 2014.

BACKES, J. L.; PAVAN, R. A desconstrução das representações coloniais sobre a diferença cultural e a construção de representações interculturais: um desafio para a formação de educadores. *Currículo sem Fronteiras, Is.l.*, v. 11, n. 2, p. 108-119, jul./dez. 2011.

BACKES, J. L.; PAVAN, R. O currículo e as identidades/ diferenças indígenas: normalização, invisibilidade e subalternização. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 26, n. 61, p. 95-110, jan./abr. 2017.

BERGAMASCHI, M. A.; GOMES, L. B. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. *Currículo sem Fronteiras, Is.l.*, v. 12, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2012.

BORGES, C. C. O. Políticas de currículo da Educação Física e a constituição dos sujeitos. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 841-854, jul./set. 2017.

BOSCATTO, J. D.; DARIDO, S. C. A Educação Física no Ensino Médio Integrado à educação profissional e tecnológica: percepções curriculares. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 99-111, jan./mar. 2017.

BOSCATTO, J. D.; IMPOLCETTO, F. M.; DARIDO, S. C. A Base Nacional Comum Curricular: uma proposição necessária para a Educação Física? *Motrivivência*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 96-112, set. 2016.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008.

CAGLIARI, M. S.; RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. Análise da produção acadêmica no campo da Educação Física acerca do currículo do estado de São Paulo e suas implicações para a prática pedagógica. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 262-279, set. 2017.

CANAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras, Is.l.*, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

CANAU, V. M. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

CANAU, V. M. F.; RUSSO, K. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CANAU, V. M.; LEITE, M. S. A didática na perspectiva multi/intercultural em ação: construindo uma proposta. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 731-758, set./dez. 2007.

CASELLI, A. J.; FERRAZ, O. L. A Educação Física articulada ao currículo transdisciplinar: limites e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 583-600, 2017.

COSTA, G. D. Currículo, narrativas culturais e processos identitários. *Currículo sem Fronteiras, Is.l.*, v. 11, n. 2, p. 54-69, jul./dez. 2011.

ESPEJO, J. C. Educación, interculturalidad y ciudadanía. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 43, p. 239-254, 2012.

ESTEVES, P. S. M.; GOMES, I. F.; GUEDES, J. W. Justiça na escola: conflitos escolares na infância através da educação intercultural. *Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 27, n. 51, p. 179-191, jan./abr. 2018.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 23, p. 16-35, maio/ago. 2003.

FONSECA, A. S. A. Com que currículo eu vou pro rap que você me convidou? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 62, p. 91-111, dez. 2015.

FRITZEN, M. P.; NAZARO, A. C. S. Línguas adicionais em escolas públicas: discussão a partir de um cenário intercultural. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 34, e162012, 2018.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras, Is.l.*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GONÇALVES, A. V. L.; SILVA, M. R. S. Sobre invenções e capturas: lutas, Educação Física e currículo. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 571-582, 2017.

IMPOLCETTO, F. M.; DARIDO, S. C. Organização Curricular na Educação Física escolar: uma proposta de construção coletiva para o conteúdo voleibol. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 601-617, 2017.

LIMA, E. S. Educação e diversidades nas escolas do campo: a construção de práticas educativas interculturais. *Educação*, Santa Maria, v. 43, n. 31, p. 535-552, 2018.

LOPES, Y. M. S.; TAVARES, O.; SANTOS, W. O material de apoio curricular para a Educação Física do estado de São Paulo segundo as tipologias dos conteúdos. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 813-826, jul./set. 2017.

MACÊDO, D. J. S.; MESSEDER, M. L. L.; QUEIROZ, D. M. educação escolar em comunidades quilombolas do território de identidade do Velho Chico/BA. *Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 26, n. 49, p. 103-118, maio/ago. 2017.

MARANI, L.; NETO, L. S.; FREIRE, E. S. O Currículo da Educação Física na rede municipal de Barueri: as percepções dos professores. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 249-264, jan./mar. 2017.

MEINERZ, C. B. Ensino de história, diálogo intercultural e relações étnico-raciais. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 59-77, jan./mar. 2017.

MESQUITA JÚNIOR, P. F.; THIESEN, J. S. Identidade pedagógica e curricular da Educação Física escolar: territórios de reconhecimento e legitimidade no Instituto Federal Catarinense. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 241-264, set. 2016.

MOLINA NETO, V. *et al.* A Educação Física no Ensino Médio ou para entender a Era do Gelo. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 87-105, set. 2017.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. F. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, maio/ago. 2003.

NEIRA, M. G. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Brasília, v. 40, n. 3, p. 215-223, 2018.

NUNES, F. G. Interculturalidade e o papel da escola na atualidade: reflexões a partir do filme Entre os muros da escola. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 113-129, 2011.

OLIVEIRA, I. A. Cultura e interculturalidade na educação popular de Paulo Freire. *EccoS: Revista Científica*, São Paulo, n. 25, p. 109-124, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, J. P. *et al.* Os saberes escolares em saúde na Educação Física: um estudo de revisão. *Motricidade*, Ribeira de Pena, v. 13, p. 113-126, 2017.

PAIVA, A. C. *et al.* A saúde nas propostas curriculares para o ensino da Educação Física no nordeste brasileiro: o que ensinar? *Motricidade*, Ribeira de Pena, v. 13, p. 2-16, 2017.

SANTOS, A. P. S. O currículo da Educação Física: aproximações com a educação intercultural. In: JANOARIO, R. S. *Diálogos interculturais*. Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 65-84.

SCARAMUZZA, G. F.; NASCIMENTO, A. C. Produzir a educação intercultural na escola indígena: desafios aos educadores de um novo tempo. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 2, p. 550-565, maio/ago. 2018.

SILVA, R. R. D. Revisitando a noção de justiça curricular: problematizações ao processo de seleção dos conhecimentos escolares. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 34, e168824, 2018.

TAVARES, N. S.; WITTIZORECKI, E. S.; MOLINA NETO, V. Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental, suas formas e seus lugares no currículo escolar: um estudo de revisão. *Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 275-290, 2018.

TAVARES, N. S.; WITTIZORECKI, E. S. Retornos, contornos e desvios: a Educação Física na construção curricular dos anos finais do ensino fundamental em uma escola estadual do Rio Grande do Sul. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 30, n. 56, p. 173-189, dez. 2018.

TENÓRIO, K. M. L. *et al.* Apropriações e produções curriculares de professores de Educação Física. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p. 1177-1190, out./dez. 2017.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas*, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 6-39, jan./jul. 2019.

WALSH, C. *Memorias del Seminario Internacional "Diversidad, interculturalidad y construcción de ciudad"*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

ZANARDI, T. O reencontro das diferenças através de práticas curriculares interculturais. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 11 n. 2, ago. 2013.

Natacha da Silva Tavares

Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora da Rede Municipal de Ensino de Viamão.

Angelica Madela

Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e do Colégio Unochapecó.

Jessica Serafim Frasson

Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF-UnB), do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF-UnB) e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF-UnB).

Endereço para correspondência:

NATACHA DA SILVA TAVARES

Ernesto da Fontoura, 689

Tarumã, 94415-230

Viamão, RS, Brasil

ANGELICA MADELA

Servidão Anjo da Guarda, 295-D, Bloco M

EFAPI, 89809-900

Chapecó, SC, Brasil

JESSICA SERAFIM FRASSON

Campus Universitário Darcy Ribeiro

Faculdade de Educação Física Centro Olímpico, Sala 6

Asa Norte, 70910-900.

Brasília, DF, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.